

# ENTREVISTA COM PEDRO PIRES

Continuação da pág. 1

mais do que necessário, o hábito do secretismo, uma grande flexibilidade táctica aliada à firmeza quanto aos objectivos a alcançar. Qualidades e defeitos que fazem dele um hábil negociador e um organizador, como provou durante as conversações que levaram ao reconhecimento por Portugal da independência da Guiné e como está a demonstrar actualmente, através da rápida expansão do P.A.I.G.C. em Cabo Verde.

## AS CONVERSÇÕES EM LISBOA

Durante a sua estadia de duas semanas em Portugal, Pedro Pires teve conversações sobre o processo de descolonização em Cabo Verde com o presidente da República, o Primeiro-Ministro (na tarde de sábado, pouco antes da sua partida) e com o ministro da Coordenação Interterritorial, dr. Almeida Santos. E teve ainda conversações, sobre a futura expansão da indústria da pesca em Cabo Verde, com o dr. Mário Ruivo, secretário de Estado das Pescas.

— Vim expôr ao Governo português os pontos de vista do P.A.I.G.C. sobre o processo da descolonização em Cabo Verde, chamar a sua atenção para as dificuldades que ali nos estão a ser postas e que impedem a clara definição da posição portuguesa sobre o futuro de Cabo Verde.

— Qual o caminho preconizado pelo P.A.I.G.C. para a descolonização de Cabo Verde?

— É necessária a imediata constituição de um Governo de transição, com a participação do P.A.I.G.C., Governo que deverá proceder à eleição da sua assembleia soberana e com poderes constituintes. Esta assembleia deverá proclamar a independência de Cabo Verde.

— Mas o P.A.I.G.C. não defende a unidade da Guiné e de Cabo Verde?

— Uma vez proclamada a independência de Cabo Verde, o Governo eleito pela assembleia constituinte optará pela independência separada ou pela união à Guiné. O P.A.I.G.C. defende a unidade com a Guiné, mas será o Governo saído da Assembleia Constituinte que terá de definir o futuro de Cabo Verde.

— O P.A.I.G.C. defende a criação de um Estado federal, em que será assegurada a autonomia interna da Guiné e de Cabo Verde?

— O nosso partido definiu apenas o princípio da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, sem precisar a forma que terá essa unidade, sem propor uma solução constitucional. De resto a futura organização do Estado é de somenos importância. A unidade da Guiné e de Cabo Verde será garantida pelo P.A.I.G.C. e não pela organização do Estado. O partido, ao inspirar a orientação política, ao definir as linhas de acção em ambos os territórios, é que será o factor da unidade.

— Mas quais são as dificuldades com que tem deparado a acção do P.A.I.G.C. em Cabo Verde?

— O general Spínola começou por tentar opor-se à livre acção política do P.A.I.G.C. em Cabo Verde. Mais tarde, nomeou um cabo-verdiano para governador, tentando dar a ilusão de que a descolonização era a substituição de um governador português por um governador natural das ilhas. Mas o problema fundamental, e que persistiu para

além da demissão do general Spínola, é que o aparelho administrativo que serviu para colonizar não pode servir para descolonizar. É necessário sanear a administração de Cabo Verde, afastar os funcionários que tentam impedir a consciencialização política da população através de todos os métodos característicos do regime colonial, desde a coacção psicológica e a repressão física à pressão económica.

## A EMIGRAÇÃO A CABO-VERDIANA

— Há quem negue a existência de uma situação colonial em Cabo Verde, já que a equiparação dos cabo-verdianos, em direitos e deveres, aos cidadãos de Portugal é quase



Pedro Pires: o general Spínola tentou contrariar a descolonização de Cabo Verde...

total desde o tempo de D. Maria II, nos meados do século XIX, já que não existem colonos portugueses, já que os interesses económicos portugueses são muito reduzidos.

— O colonialismo português em Cabo Verde não tem de facto as mesmas características que em Angola ou Moçambique. Foi fundamentalmente um colonialismo de abandono, de miséria, de indignidade, um colonialismo que impediu o desenvolvimento, que promoveu a exportação de mão-de-obra em condições sub-humanas. A parte a emigração espontânea para os Estados Unidos, mais recentemente para a Holanda e para a França, houve e há uma emigração orientada. A mão-de-obra de Cabo Verde foi encaminhada para S. Tomé, Angola, para Timor e, nos últimos anos, para Portugal. Presentemente, haverá cerca de 30 mil trabalhadores cabo-verdianos em Portugal.

— Os problemas dos emigrantes cabo-verdianos foram abordados nas suas conversações com o Governo português?

— Eu vim a Lisboa como delegado de um partido político e não como representante de um Governo... sem qualidades portanto, para tratar os problemas dos trabalhadores cabo-verdianos em Portugal. O futuro Governo de Cabo Verde é que terá de negociar um acordo de emigração com as autoridades portuguesas.

— Durante a sua permanência em Portugal realizou-se na «Voz do Operário» uma sessão de esclarecimento dos trabalhadores cabo-verdianos, na qual definiu as grandes linhas programáticas do P.A.I.G.C. Qual é a implantação do P.A.I.G.C. entre os cabo-verdianos residentes em Portugal?

— A maior parte dos emigrantes cabo-verdianos apoia o P.A.I.G.C. apesar das pressões a que são submetidos. Há quem procure criar um clima

de medo, fazendo crer que serão lançados no desemprego, expulsos de Portugal, no caso de Cabo Verde se tornar independente. A origem destas pressões é fácil de adivinhar... Logo depois do 25 de Abril foi constituída em Lisboa a União Democrática Cabo-Verdiana, organização que estava intimamente ligada ao Movimento Federalista Português, um dos partidos implicados na intenção de 28 de Setembro. Foi a União Democrática de Cabo Verde que tentou organizar em Lisboa uma manifestação contra o P.A.I.G.C., em favor da manutenção da situação colonial em Cabo Verde. Mas tanto esta organização, como uma outra surgida também depois de 25 de Abril, com o propósito evidente de contrariar a independência de Cabo Verde, não



Pedro Pires: o general Spínola tentou contrariar a descolonização de Cabo Verde...

alcançaram qualquer apoio popular, tanto entre os trabalhadores cabo-verdianos em Portugal, como entre a população de Cabo Verde, apesar do apoio que lhes foi concedido pelo general Spínola.

— Qual é a situação actual em Cabo Verde?

— Verifica-se uma aceleração da degradação da situação económica e social, uma perda de autoridade e prestígio da administração. É a consequência natural da manutenção da administração colonial, da incerteza quanto ao futuro, da ausência de uma definição clara dos projectos portugueses quanto à descolonização. Paralelamente, reforça-se todos os dias a organização do nosso partido, o apoio da população, como ficou demonstrado com a greve geral do passado dia 15. Foi uma greve política, que tinha por objectivo apoiar a delegação do P.A.I.G.C. nas negociações que vinha realizar em Lisboa.

## CABO VERDE É ÁFRICA

Cabo Verde é uma encruzilhada de caminhos intercontinentais, situa-se num dos eixos geográficos da história, o Atlântico. Quase a meio caminho entre o cabo de S. Vicente, no Sul de Portugal, e o cabo de S. Roque, no Nordeste do Brasil, domina as rotas que unem a Europa e as Américas à África Ocidental e à África Austral. O aeroporto do Sal é utilizado como escala pelos aviões da South Africa Airways, proibidos de sobrevoar os países africanos e obrigados, por isso, a contornar o continente nas suas viagens para a Europa. O arquipélago é ponto de amarração dos cabos-submarinos ingleses que unem a Europa à América do Sul e à África Austral. Ao que se diz, durante as primeiras negociações em Londres entre

Portugal e o P.A.I.G.C., o Governo inglês teria pressionado os representantes portugueses no sentido de alcançarem a separação da independência da Guiné do processo de descolonização de Cabo Verde. Posteriormente, teria havido pressões, nomeadamente dos Estados Unidos e da África do Sul, no sentido de impedir a unidade de Cabo Verde e a Guiné-Bissau, o que explicaria algumas das iniciativas do general Spínola no sentido de contrariar a implantação do P.A.I.G.C. no arquipélago, a demora havida no início do processo de descolonização. Mesmo que estas pressões não se tenham verificado, certo é que há um risco de internacionalização do problema de Cabo Verde, internacionalização que prejudicaria gravemente tanto os interesses de Portugal como os interesses dos próprios cabo-verdianos, risco que crescerá se não for definido rapidamente o processo e o calendário da descolonização.

Embora não tenha negado nem confirmado a existência de pressões internacionais sobre Portugal, Pedro Pires disse-nos:

— Cabo Verde pertence geograficamente à África. O ponto da costa africana mais próximo do arquipélago encontra-se a um quinto da distância do ponto mais próximo da Europa. A descolonização de Cabo Verde não deve ser discutida em função dos problemas de segurança dos Estados Unidos, dos países europeus ou da América do Sul. Cabo Verde é, em primeiro lugar, uma posição estratégica de importância vital para a defesa da África contra qualquer agressão imperialista. Como S. Tomé e Príncipe, Madagascar e as outras ilhas que envolvem o continente africano. A internacionalização do problema de Cabo Verde, do processo de descolonização, só poderia resultar em prejuízo de Portugal e dos próprios cabo-verdianos. Ao defender a unidade de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, o P.A.I.G.C. tem em vista a necessidade de reforçar o peso político e económico de ambos os territórios, assim como os interesses de todos os outros países do continente africano.

— Uma vez alcançada a independência, quais serão as relações entre o povo de Cabo Verde e o povo português?

— O P.A.I.G.C. defende uma estreita cooperação entre Portugal, a Guiné e Cabo Verde. Cinco séculos de dependência em relação a Portugal criaram laços que não podem ser ignorados. Serão desenvolvidos, agora a partir do respeito pela soberania e pelos interesses de cada povo.

— O português será mantido como língua de Cabo Verde ou será substituído por um dos dialectos crioulos do arquipélago?

— O colonialismo pouco se interessou pela difusão da língua e da cultura portuguesas tanto em Cabo Verde como na Guiné. Uma grande parte da população da Guiné aprendeu a falar e escrever em português com os combatentes e os professores do P.A.I.G.C. Mesmo em Cabo Verde, uma parte da população exprime-se apenas em crioulo. Cabo Verde independente adoptará a língua portuguesa, que conhecerá então uma expansão que não alcançou durante cinco séculos de colonização. Desde o início da guerra na Guiné, o P.A.I.G.C. sempre afirmou que não estava a lutar contra o povo português, mas a lutar contra a dependência de Cabo Verde.

## CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

# P.P.D.: "LINGUAGEM DE NÃO COMUNISMO NUNCA DE ANTICOMUNISMO"

A conferência de imprensa de ontem, realizada às 15 horas, foi dominada pelo que podemos chamar o «affaire» Carlos Macedo. Com efeito, este médico psiquiatra, que trocara a Medicina pela política, tinha decidido abandonar o P. P. D., conforme declarações públicas, em face ao fortalecimento da linha de tendências mais à direita que ultimamente se vinha observando no Partido.

Interrogado sobre o assunto, após se saber da «recondução» de Carlos Macedo (a motivar, ao que se julga, a ausência na comissão política de Manuel Alegria, agora apenas elemento do sector administrativo) Francisco Balsemão respondeu aos jornalistas que todas as especulações feitas em volta do assunto mais não passavam de tentativas de criar um «ambiente negativo em redor do congresso».

A imprensa, que foi limitada a três «conferências» de meia hora, não pôde assistir às sessões de trabalho do congresso «não porque houvesse algo a esconder, embora as discussões fossem vivas, mas porque, não sendo permitida a conferência às bases, não seria lógico que o fosse à imprensa».

Registe-se que foram enviadas à mesa do congresso 200 propostas, a maior parte delas não aceites. As sessões de trabalho que o presidente da mesa, Nuno Rodrigues dos Santos, considerou extenuantes, levaram este a afirmar, no encerramento do congresso, que os delegados quase lhe pareceram «os capitães do 25 de Abril».

Segundo Pinto Balsemão, os pontos que maior e mais demorada discussão mereceram recaíram sobre o programa: nada mais nada menos que 12 horas.

Foi dada primazia à «democracia económica» e rejeitadas quaisquer «soluções tecnocratas ou neocapitalistas».

Interrogados sobre a sua posição face ao P. C., dirigentes do P. P. D. disseram-se prontos a colaborar. Segundo Francisco Pinto Balsemão, o P. P. D. fala uma linguagem de não-comunismo, nunca de anti-comunismo.

A uma pergunta de um jornalista sobre a política sindical do P. P. D., respondeu Pinto Balsemão que as «opções a tomar não eram grandes», denunciando seguidamente «a falta de liberdade sindical em

termos de cúpula». Referiu, porém que «o assunto nem sequer fora objecto de discussão».

## A IMPORTÂNCIA DA J.S.D.

A Juventude Social Democrata (J. S. D.) que fez deslocar para o Pavilhão dos Desportos, militantes carregados de mantas («dormimos aqui, por motivos de segurança», afirmou um deles) teve, na sessão do encerramento do congresso, como porta-voz, João Reis.

Aos gritos e «Vs» de vitória de gente que se pode classificar de «bem», insistindo no «slogan» «hoje somos muitos, amanhã seremos milhões», abriu o discurso de uma forma que, sendo vulgar nas hostes do Partido, foi única neste congresso, preferindo um «camaradas» que criou um certo «suspenso» no ambiente.

Quais foram as linhas de força do seu discurso? A abolição do sistema capitalista, a afirmação de que a J. S. D. é a base da existência e sobrevivência ideológica do Partido.

Em suma, segundo João Reis, o que a Juventude Social Democrata põe em causa é a sociedade capitalista, pelo que se «propõe» e «defende» lutar ao lado das classes trabalhadoras.

Um filme sobre o 25 de Abril e a criação do Partido veio «amenizar» o ambiente.

Preparava-se, assim, o clima propício para a recepção de Sá Carneiro, confirmado por unanimidade, correspondente a 729 votos, em secretário-geral do Partido.

Sá Carneiro dirigiu uma saudação a todos os congressistas (pondo em realce os convidados especiais) e aos trabalhadores da informação.

Destacou as adesões que considerou de grande importância com especial relevo para Emídio Guerreiro, professor de Matemática em França, um dos fundadores da L. U. A. R., condecorado por De Gaulle, pelos serviços prestados durante a resistência, o qual de convidado especial, se tornou militante do P. P. D., após um discurso público, nos trabalhos da manhã de ontem.

Dos delegados, cifrados em 994, só uma centena e pouco seria da zona de Lisboa.

As 18 e 30 de ontem, após o hino nacional, os delegados começaram a abandonar o Pavilhão dos Desportos.

## Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal

AV. 5 DE OUTUBRO, 87-1.º — SETÚBAL

### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocam-se os profissionais representados por este Sindicato para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 27 (4.ª feira) às 21 horas, no Salão de Festas da F. N. A. T., em Setúbal, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

— Apreciação e discussão do Projecto de Lei das Associações Sindicais.

Setúbal, 19 de Novembro de 1974

A Mesa da Assembleia Geral

NOTA: Encontram-se à disposição dos sócios, na Sede do Sindicato e na Delegação de Almada, exemplares do projecto.